ÁREA TEMÁTICA: Produtos Técnicos e Tecnológicos: Projetos Transdisciplinares

CATEGORIA: ENANGRAD PLENO

ATLAS DO ARTESANATO NO NORDESTE: UM INSTRUMENTO TÉCNICO-CARTOGRÁFICO PARA A GESTÃO PÚBLICA DO ARTESANATO

Resumo

O artesanato nordestino é uma atividade predominantemente feminina, envelhecida e de subsistência — 80,5% dos artesãos cadastrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) são mulheres, a idade média é de 49,5 anos e 70,8% dos que vivem do ofício declaram renda inferior a um salário-mínimo — , mas gestores públicos carecem de um instrumento que traduza esses dados oficiais, hoje dispersos, em subsídio direto à formulação de políticas de fomento. Este trabalho apresenta o Atlas do Artesanato no Nordeste, produto técnico-cartográfico bilíngue desenvolvido a partir do projeto de pesquisa "Artesanato no Nordeste Hoje" (2022–2025), em parceria com a FADURPE, como resposta a essa lacuna. Metodologicamente, o produto resulta do tratamento analítico de mais de 50 mil registros do SICAB, de curadoria fotográfica de campo e de planejamento expográfico voltado à leitura por não especialistas. Os resultados consolidam-se em uma publicação de 260 páginas, com tiragem de 500 exemplares, estruturada a partir de categorias analíticas originais — touristificação, souvenerização e toque de Midas —, complementada por quadros de apoio à implementação e por um roteiro de uso voltado a gestores públicos. Conclui-se que o produto amplia a capacidade de gestores públicos de formular políticas mais aderentes à diversidade regional do setor, reduzindo a distância entre dado administrativo e decisão pública.

Palavras-chave: Artesanato; Gestão pública; Política cultural; Desenvolvimento territorial; Produto técnico e tecnológico.

Abstract

Handicraft production in Northeastern Decision1 a predominantly female, aging and subsistence activity — 80.5% of artisans registered in the Brazilian Handicraft Registry System (SICAB) are women, the average age is 49.5 years, and 70.8% of those who live from the Decis report income below one minimum wage —, yet public managers lack na instrument that translates this Decisio data, currently scattered, into direct support for policy formulation. This paper Decision - the Atlas do Artesanato no Nordeste (Atlas of Handicraft in Northeastern Brazil), a bilingual technical-cartographic product developed from the research Decisio "Artesanato no Nordeste Hoje" (2022-2025), in partnership with FADURPE, as a response to this gap. Methodologically, the product results from the analytical treatment of more than 50,000 SICAB records, field-based photographic curation, and expographic planning aimed at non-specialist

readers. The results are consolidated in a 260-page publication, with a print run of 500 copies, structured Decisi original analytical categories — touristification, souvenirization and the Midas touch —, complemented by implementation-support tables and a usage roadmap aimed at public managers. The study concludes that the product expands public managers' capacity to formulate policies more attuned to the region's diversity, narrowing the gap between administrative data and public Decision-making.

Keywords: Handicraft; Public management; Cultural policy; Territorial development; Technical and technological product.

1. Introdução

Mais de 50 mil artesãos estão cadastrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) nos nove estados do Nordeste — mas o perfil que esses registros revelam é pouco compatível com políticas de fomento genéricas: 80,5% dos cadastrados são mulheres, proporção que supera 85% em Sergipe e Alagoas; a idade média é de 49,5 anos, e menos de 25% têm menos de 39 anos; apenas 45,9% declaram o artesanato como principal fonte de renda, e 70,8% dos que vivem do ofício recebem menos de um salário-mínimo (Helal et al., 2025).

O Quadro 1 sistematiza esse perfil.

Indicador	Valor
Total de artesãos cadastrados (9 estados)	50.488
Proporção de mulheres	80,5% (86,3% em Sergipe; 85,3% em Alagoas)
Idade média	49,5 anos
Cadastrados com menos de 39 anos	Menos de 25%
Artesanato como principal fonte de renda	45,9%
Renda inferior a um salário-mínimo (entre os que vivem do ofício)	70,8%
Renda acima de cinco salários-mínimos	Menos de 0,5% (227 artesãos)

Quadro 1 – Perfil do artesão nordestino segundo o SICAB.
Fonte: elaborado a partir de Helal et al. (2025).

A esse quadro demográfico soma-se um problema de desenho institucional: nos nove estados nordestinos, a política de artesanato está abrigada em pastas tão distintas quanto turismo, trabalho, proteção social e economia criativa, estando na pasta de cultura apenas no Piauí (Helal et al., 2022).

O Quadro 2 detalha essa distribuição para os estados com dado disponível. Essa dispersão tem consequência prática direta: cada gestor formula política a partir de um enquadramento distinto — trabalhador informal, atrativo turístico, vulnerável social ou

empreendedor —, sem um instrumento comum que traduza, de forma territorializada, os dados oficiais já existentes em subsídio direto à decisão.

Estado	Pasta / secretaria responsável
Paraíba	Turismo e Desenvolvimento Econômico
Bahia	Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Ceará	Proteção Social (Secretaria Executiva)
Maranhão	Turismo
Pernambuco	Economia Criativa (ADEPE)
Piauí	Cultura

Quadro 2 – Alocação institucional do artesanato nos estados nordestinos com dado disponível. Fonte: elaborado a partir de Helal et al. (2022).
Nota: a alocação institucional de Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe não foi detalhada nas fontes consultadas para este produto.

A resposta proposta

É a essa lacuna — de tradução de dados dispersos em instrumento de leitura territorial — que este produto técnico e tecnológico responde: o Atlas do Artesanato no Nordeste, publicação bilíngue desenvolvida a partir do projeto de pesquisa "Artesanato no Nordeste Hoje" (2022–2025).

O objetivo geral é oferecer a gestores públicos, entidades de fomento e formuladores de política cultural um instrumento de consulta que qualifique — e não apenas quantifique — o artesanato nordestino.

Este artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta a fundamentação teórico-conceitual do produto; a seção 3 descreve o percurso metodológico de sua construção; a seção 4 analisa os resultados alcançados e apresenta quadros e um roteiro de implementação voltados à gestão pública; a seção 5 apresenta as conclusões, contribuições e limites do trabalho.

2. Fundamentação Teórica

O produto ancora-se na pesquisa acadêmica que lhe dá origem, sistematizada no livro Das Mãos ao Mercado: Artesanato, Saberes e Políticas Públicas no Nordeste Brasileiro (Helal, no prelo), organizada em torno de quatro contribuições analíticas que também orientam a leitura territorial proposta:

- a tensão estrutural entre economia e cultura,

- o papel do SEBRAE como o Estado na prática para o artesão,

- o toque de Midas exercido por curadores e intermediários, e

- os processos de touristificação e souvenerização do artesanato.

O artesanato nordestino habita simultaneamente duas lógicas institucionais frequentemente conflitantes: a pasta econômica, voltada à geração de renda, à

comercialização e ao empreendedorismo, e a pasta cultural, voltada à transmissão de saberes, à memória coletiva e à identidade territorial (Moraes, Seraine & Barbosa, 2020). O Quadro 2 (seção 1) já ilustra como essa tensão se resolve, na prática, de formas distintas em cada estado nordestino.

Na ponta da implementação, o SEBRAE atua como o Estado na prática para a maioria dos artesãos nordestinos, exercendo, na acepção de Lipsky (2019), o papel de burocracia de nível de rua: é o técnico do SEBRAE — e não o formulador federal do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) — quem o artesão efetivamente encontra, seja no curso de precificação, na orientação para formalização como Microempreendedor Individual (MEI) ou no apoio à participação em feiras.

Essa capilaridade tem um preço: o SEBRAE tende a reforçar sistematicamente o polo econômico da tensão, em detrimento de ações de documentação de saberes, apoio a formas coletivas de organização ou orientação sobre saúde ocupacional (Helal & Barbosa, 2025).

Entre os mais de 50 mil artesãos cadastrados no SICAB para o Nordeste, pouquíssimos vivem exclusivamente do ofício. Os que conseguem costumam ter recebido, em algum momento, o que a pesquisa chama de toque de Midas: o olhar de um arquiteto, curador ou designer que desloca uma peça de circuito e lhe confere outro estatuto simbólico e econômico.

Esse deslocamento pode abrir mercados e garantir renda, mas pode também produzir intermediação sem reconhecimento, cópia industrial e perda de autoria — o artesão que ganha o mercado pode, ao mesmo tempo, perder o seu nome (Melo Junior & Helal, 2026).

O turismo cultural e criativo é frequentemente apresentado como estratégia privilegiada de valorização do artesanato, mas a pesquisa que sustenta o produto aponta para uma relação mais ambivalente, nomeada por dois conceitos originais: a touristificação do artesanato, entendida como a reorganização das práticas artesanais, das identidades e dos arranjos espaciais em resposta às demandas do turismo, e a souvenerização do artesanato, entendida como a redução da peça artesanal a um objeto padronizado e esvaziado de sua densidade simbólica (Helal & Bezerra, 2026).

Essas categorias são traduzidas, no Atlas, em critérios de leitura territorial que permitem ao gestor público identificar não apenas onde está o artesanato, mas em que estágio de transformação ele se encontra — distinção que orienta o tipo de política mais adequado a cada território: proteção, fomento, qualificação técnica ou inserção em cadeias de valor.

3. Metodologia

O desenvolvimento do Atlas seguiu percurso metodológico que combina tratamento quantitativo de base de dados oficial com curadoria qualitativa de campo, estruturado em quatro etapas.

Primeiro, o tratamento da base SICAB, com sistematização e análise de mais de 50 mil registros cadastrais nos nove estados nordestinos, segundo critérios definidos de agregação territorial e temática.

Segundo, a curadoria fotográfica, com registro visual em campo durante o percurso da pesquisa.

Terceiro, o planejamento expográfico, voltado a estruturar a experiência de consulta do Atlas de modo a garantir legibilidade por públicos não especialistas, sobretudo gestores públicos.

Quarto, a validação institucional do produto, por meio do diálogo com instituições como a FADURPE, SEBRAE e o Sistema Fecomércio Ceará, que trouxe importantes feedbacks para o Atlas.

A base empírica é o projeto de pesquisa “Artesanato no Nordeste Hoje: Políticas Públicas, Gestão e Condição Artesã”, financiado pelo CNPq, com apoio institucional da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade Federal da Paraíba, desenvolvido entre novembro de 2021 e novembro de 2025.

A base quantitativa mobiliza os microdados do SICAB para os nove estados nordestinos (50.488 registros), enquanto o trabalho de campo qualitativo e fotográfico foi realizado em cinco desses estados, ao longo de seis saídas de campo entre 2022 e 2025, com curadoria fotográfica e curadoria de conteúdo de museólogo vinculado à equipe.

A seleção do material que compõe o Atlas seguiu três critérios: representação dos cinco estados visitados em campo, equilíbrio entre registros fotográficos de campo e imagens do acervo histórico da Fundaj (Villa Digital/CEHIBRA), e coerência de cada seleção com o argumento analítico do bloco temático correspondente.

Complementarmente, essa mesma base de pesquisa deu origem a um projeto expográfico fotográfico itinerante “O Chão que Faz — Artesanato, Saber e Território no Nordeste Brasileiro”, concebido como estratégia complementar de divulgação científica: 24 fotografias (19 de campo e 5 do acervo histórico) organizadas em três espaços expositivos temáticos, com curadoria compartilhada entre pesquisador, fotógrafo e museólogo.

Como limitação metodológica, os microdados do SICAB refletem apenas artesãos que optaram pelo cadastro voluntário no sistema, o que pode subrepresentar artesãos informais ou geograficamente isolados — uma lacuna que o próprio desenho institucional fragmentado, documentado no Quadro 2, ajuda a explicar, na medida em que a ausência de coordenação intersetorial também dificulta estratégias unificadas de busca ativa de artesãos não cadastrados.

4. Análise e Discussão dos Resultados

O Atlas encontra-se em fase de finalização, com produto graficamente estruturado — 260 páginas, edição bilíngue português-inglês, tiragem de 500 exemplares — e parceria institucional já formalizada.

Como evidência de implementação, destacam-se a conclusão do tratamento analítico da base de mais de 50 mil registros SICAB, a consolidação da parceria com FADURPE, responsável por assegurar viabilidade editorial e a produção integral do conteúdo textual, fotográfico e cartográfico.

O público prioritário compreende três grupos: gestores públicos estaduais e municipais em secretarias de cultura, desenvolvimento econômico e turismo, como subsídio ao diagnóstico territorial na formulação de programas de fomento; entidades de fomento e sistema S, para orientar linhas de crédito, capacitação e programas de qualificação; e formuladores de política cultural em nível federal, como referência de leitura territorial do setor.

A dispersão institucional documentada no Quadro 2 e o perfil demográfico sistematizado no Quadro 1 são, em si, informação de gestão: mostram a cada gestor onde seus pares posicionaram a política em outros estados, com quais resultados de transparência e associativismo, e onde residem lacunas como a chamada “brecha de formalização” entre artesãos cadastrados no SICAB e como Microempreendedor Individual (MEI) — presente em praticamente todos os estados nordestinos, com exceção da Paraíba.

A metodologia de sistematização empregada é, ademais, replicável para outras regiões do país.

A exposição itinerante “O Chão que Faz”, derivada do mesmo corpus de pesquisa, amplia o potencial de aplicação ao oferecer um formato complementar de baixo custo de adaptação para gestores municipais e estaduais, incorporando desde a concepção recursos de acessibilidade — audiodescrição, legendas bilíngues, etiquetas táteis em alto-relevo e conformidade com a norma ABNT NBR 9050 —, o que amplia seu alcance a públicos normalmente excluídos de exposições técnicas.



Imagem 1 – Artesão modelando argila. Alto do Moura, Caruaru, Pernambuco (2024).

Foto: Josivan Rodrigues



Imagem 2 – Artesãs fazendo a matriz para xilogravura. Bezerros, Pernambuco (2024).

Foto: Josivan Rodrigues



Imagem 3 – Cabeças de cerâmica – de Cida Lima e Neguinha (Belo Jardim-PE), expostas em loja em ponto turístico - Recife, Pernambuco (2024).

Foto: Josivan Rodrigues



Imagem 4 – Local de produção das peças – Ateliê Jô do Osso - Cabedelo, Paraíba (2025).

Foto: Josivan Rodrigues



Imagem 5 – Centro de Artesanato – Praia de Ponta Negra, Natal (RN) (2025).

Foto: Josivan Rodrigues



Imagem 6 – Loja na casa de Francisco Graciano, artesão – Brejo Santo (Ceará) (2024).
Foto: Josivan Rodrigues

As imagens apresentadas materializam a distinção entre produção e circulação discutida na fundamentação teórica. As Imagens 1, 2 e 4 registram o momento da feitura — o artesão modelando a argila em Alto do Moura, a matriz da xilogravura em Bezerros, o ateliê de Jô do Osso em Cabedelo —, enquanto as Imagens 3, 5 e 6 documentam estágios distintos de comercialização.

A comparação é reveladora: as cabeças de cerâmica de Cida Lima e Neguinha, produzidas em Belo Jardim, aparecem deslocadas para uma loja em ponto turístico no Recife (Imagem 3), assim como o centro de artesanato erguido na Praia de Ponta Negra, em Natal (Imagem 5) — ambos ilustrando o processo de souvenerização descrito na seção 2, no qual a peça se separa fisicamente do território que lhe confere sentido.

Já a loja instalada na própria casa do artesão Francisco Graciano, em Brejo Santo (Imagem 6), preserva a proximidade entre produção e venda que a touristificação tende a apagar.

Essa diversidade de arranjos comerciais — do ateliê doméstico ao ponto turístico consolidado — é o tipo de informação que os Quadros 1 e 2, por serem agregados estatísticos e institucionais, não capturam. As fotografias cumprem, no Atlas, a função de qualificar o diagnóstico quantitativo: mostram ao gestor público que a etapa de diagnóstico territorial prevista no Quadro 3 precisa reconhecer que dois municípios com indicadores SICAB semelhantes podem abrigar circuitos comerciais radicalmente distintos, com implicações diferentes para políticas de certificação de origem,

regulação do mix de produtos turísticos ou apoio à comercialização direta. É também essa variedade de contextos que reforça a urgência da validação empírica do roteiro junto a gestores de perfis territoriais distintos, discutida a seguir.

Como o Atlas encontra-se em fase de finalização, ainda não há devolutivas sistematizadas de gestores públicos sobre versões preliminares do produto — lacuna que este trabalho reconhece como limite atual de evidência de uso.

Para supri-la na etapa seguinte do projeto, propõe-se um protocolo de validação com três componentes:

- oficinas de apresentação e coleta de feedback estruturado junto a coordenações estaduais de artesanato em pelo menos três estados nordestinos;

- um piloto de uso do Atlas por uma secretaria municipal na formulação de um edital ou programa de fomento, documentado como estudo de caso; e

- o acompanhamento de indicadores de acesso à versão digital do Atlas, quando disponibilizada, como *proxy* inicial de alcance.

Roteiro de implementação para gestores públicos

A aplicabilidade do Atlas depende de sua incorporação a rotinas concretas de gestão. O Quadro 3 propõe um roteiro de sete etapas para que secretarias estaduais e municipais utilizem o produto no planejamento de políticas de fomento ao artesanato.

Etapa	Ação	Apoio no Atlas / instrumento
1. Diagnóstico territorial	Consultar os indicadores do SICAB para o estado ou microrregião de interesse	Quadro 1
2. Localização institucional	Verificar em qual pasta o artesanato está hoje alocado e comparar com outros estados	Quadro 2
3. Identificação de desafios prioritários	Classificar os desafios mais críticos (transmissão, reconhecimento, autoria, condições de trabalho, integração institucional, participação)	Capítulos analíticos do livro-base
4. Seleção de instrumentos de política	Priorizar ações da agenda mínima aderentes ao diagnóstico local	Seção 5 deste trabalho
5. Incorporação ao ciclo orçamentário	Inserir as ações no PPA, na LDO e em planos setoriais	Instrumentos de planejamento já existentes na gestão
6. Ativação de estratégias complementares	Avaliar a solicitação da exposição itinerante “O Chão que Faz”	Quadro 4
7. Monitoramento	Acompanhar indicadores como a razão SICAB/MEI e o número de mestres reconhecidos	Quadro 1 como linha de base

Quadro 3 – Roteiro de implementação para gestores públicos.

Elaborado pelo autor.

Requisitos mínimos para adoção da exposição “O Chão que Faz”

Para secretarias e instituições interessadas em hospedar a exposição como parte da etapa 6 do roteiro, o Quadro 4 sintetiza os requisitos de infraestrutura previstos no projeto expográfico.

Requisito	Especificação
Espaço físico	3 espaços expositivos contínuos de 5 m × 2,80 m cada (15 m lineares no total)
Circulação	Corredor com largura mínima de 1,20 m, compatível com cadeirantes
Acessibilidade	Piso tátil direcional entre entrada, os três espaços e a saída
Equipe local	Equipe mínima para operação do audioguia e das etiquetas em QR code
Infraestrutura	Não depende de obras estruturais prévias — montagem sobre painéis autoportantes

Quadro 4 – Requisitos mínimos para adoção da exposição “O Chão que Faz” por uma instituição hospedeira.

Fonte: elaborado a partir do projeto expográfico da exposição.

5. Conclusão e Contribuições

A lacuna diagnosticada nos Quadros 1 e 2 — perfil demográfico vulnerável e fragmentação institucional — é o ponto de partida deste produto, e não apenas seu pano de fundo: ao consolidar informação territorial qualificada por categorias analíticas originais, o Atlas amplia a capacidade de gestores públicos e entidades de fomento de formular políticas mais aderentes à diversidade e aos estágios de transformação do artesanato nordestino.

Como contribuições, destacam-se:

(i) a disponibilização de um instrumento inédito de tradução de dados oficiais em subsídio à decisão pública;

(ii) a sistematização de categorias analíticas replicáveis para leitura territorial do artesanato em outras regiões; e

(iii) o fortalecimento de parcerias interinstitucionais como modelo de produção de conhecimento aplicado à gestão pública.

A pesquisa permite ir além do diagnóstico e sugerir, a gestores públicos, uma agenda mínima de condições sem as quais políticas de fomento ao artesanato tendem a permanecer superficiais:

- a institucionalização legal dos programas estaduais (em lei, não em decreto), de modo a resistirem a trocas de governo;

- o reconhecimento sistemático de mestres artesãos como patrimônio cultural vivo;

- mecanismos acessíveis de proteção de autoria individual e coletiva;

- a incorporação das dimensões culturais do artesanato ao lado das econômicas, hoje concentradas quase exclusivamente na atuação do SEBRAE;

- a regulação do mix de produtos nos espaços de venda turística; e

- a criação de canais formais de participação dos próprios artesãos nas decisões que os afetam.

O Atlas não implementa essa agenda, mas oferece, com o Quadro 3, um roteiro operacional sobre o qual ela pode ser construída.

Como limite deste trabalho, reconhece-se que o roteiro apresentado no Quadro 3 ainda não foi testado empiricamente junto a gestores públicos, permanecendo como recomendação derivada da pesquisa e não como prática validada em campo.

A execução do protocolo de validação descrito na seção 4 é, portanto, condição para que o Atlas avance de instrumento de consulta para instrumento de uso corrente na rotina de gestores estaduais e municipais ligados ao artesanato.

As conclusões aqui apresentadas limitam-se ao que o produto efetivamente entrega — um instrumento de consulta e qualificação territorial, acompanhado de quadros e de um roteiro de implementação —, sem antecipar efeitos de política pública que dependem de sua adoção efetiva pelos gestores.

Constituem agenda de pesquisas futuras a avaliação do uso do Atlas por gestores públicos após sua distribuição e a réplica da metodologia empregada em outras regiões do país.

Referências

Caldas, V. L., & Helal, D. H. (2024). Artesanato e políticas públicas: aproximação a partir de uma revisão de escopo da literatura nacional. *Políticas Culturais Em Revista*, 17(2), 183–208.

Helal, D. H. (no prelo). *Das mãos ao mercado*: Artesanato, saberes e políticas públicas no Nordeste brasileiro. Folhas de Relva Edições

Helal, D. H., & Barbosa, T. G. (2025). O papel do Sebrae na implementação do Programa do Artesanato Brasileiro no Nordeste. *Sociologias*, 27.

Helal, D. H., & Bezerra, J. M. V. (2026). Between market and memory: Cultural and creative tourism and the sustainability of artisanal craft in peripheral regions of Northeastern Brazil. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*. https://doi.org/10.1080/19407963.2026.2627421

Helal, D. H., et al. (2022). O perfil da atividade artesã nos estados da região Nordeste do Brasil (*Trabalhos para Discussão* nº 211). Fundação Joaquim Nabuco.

Helal, D. H., et al. (2025). *Artesanato no Nordeste Hoje*: Políticas públicas, gestão e condição artesã [Relatório final de pesquisa]. Fundação Joaquim Nabuco.

Lipsky, M. (2019). *Burocracia em nível de rua*: Dilemas do indivíduo nos serviços públicos. ENAP.

Melo Junior, A., & Helal, D. H. (2026). *Identidade artesanal, hibridização cultural e gerencialismo em comunidade ceramista do Nordeste* [Manuscrito não publicado].

Moraes, M. D. C., Seraine, A. B. M., & Barbosa, C. (2020). Artesanato e políticas públicas no Brasil: Uma trajetória entre economia e cultura. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10(25), 159–182.